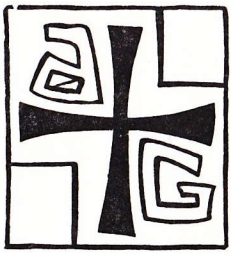
DUARTE IVO CRUZ

A CULTURA E O ESTADO

Conferência proferida na Assembleia de Guimarães, em 19 de Fevereiro de 1972.



EDIÇÃO
DA
ASSEMBLEIA DE GUIMARÃES
1972

.....

Aliás, repare-se: factor primordial, sem dúvida, mas factor também reflexivo do próprio ambiente. Sem viabilidades profissionais, num meio incerto, agreste e difícil, é mais do que evidente que o ensino, mesmo bem orientado, ressente-se do desinteresse, ou da ingratidão da actividade, como meio de vida...

Até por isso mesmo, acho que deve ser mais prudente a organização do ensino do cinema. A insuficiência das infra-estruturas industriais parece aconselhar, para já, e cremos que por bastante tempo, a unidade de um Instituto, que, a pouco e pouco, vá preenchendo as necessidades técnicas e estéticas de uma indústria que deve partir quase do zero, no que toca à actividade regular.

As Artes e o Ensino

Tudo isto visa a criação de um substracto susceptível de permitir o profissionalismo artístico em Portugal. Tudo isto refere, sobretudo, o ponto de vista dos criadores, as condições materiais e morais da sua existência, a aclimatação favorável do meio, a organização e a propagação da cultura como necessidade social.

Mas note-se agora: não se pode admitir a arte, encerrada num círculo de intercâmbio fechado, nem interessa ao país, apenas, o nível criacional. Os criadores são alguns, mas, para que apareçam, torna-se necessário um ambiente que permita a selecção natural. E torna-se necessário um meio que estimule a criação, através da aderência, do aplauso, da compreensão. Quando, no princípio referi a urgência duma cultura generalizada, tinha, como agora, em vista, a interpenetração do grande público como as altas criações de espírito.

Quer dizer: os artistas criam — mas criam para que a sua mensagem seja recebida por alguém. A organização e planificação das condições materiais permitirá também aproximar o público (tomado aqui no sentido sociológico do termo) da

verdadeira cultura — claro, em maior ou menor grau, mas dentro de um limite mínimo, superior ao simplesmente razoável. Pois na verdade, sem público esclarecido, cultivado, interessado, a élite intelectual e cultural, logicamente cai numa atrofia e num hermetismo que a asfixiará.

Assim, nunca será demais repetir e insistir na urgência da promoção, da educação cultural e artística do país. Eis com efeito a tal necessidade primária, o tal objectivo essencial do Estado Moderno.

Para uma acção rápida e brilhante, alguns meios são aconselháveis: a simples propaganda e mentalização, a formação através da informação (Rádio, TV, Jornais), os certames e espectáculos gratuitos, etc. Apenas, qualquer destes meios, sem dúvida necessários e eficientes, corre certo risco de superficialidade. Mais radical surge o encontro com a cultura, no próprio local do quotidiano: a empresa, a fábrica, o bairro. E sobretudo — a escola.

Aí estará com efeito, na escola, o principal veículo de uma formação cultural e artística (ao nível de público), sólida e duradoura. A criança deve iniciar a sua vivência estética nos primeiros passos da vivência científica, que é, em última análise, o ensino básico. Tal vivência acompanhará depois o estudante no progressivo enriquecimento de uma autêntica cultura geral, base e fundo comum das vocações criacionais a despontar; ninguém ama o que não conhece, ninguém cria aquilo de que nada sabe.

Urge, pois, que o simples aprender a ler seja uma iniciação à palavra escrita, que depois revelará a poesia, a literatura. Urge que o ensino da própria literatura seja o ensino de uma arte, mais até do que o da História de Arte. Urge que a História não ignore a evolução estética. Urge que as línguas revelem as literaturas, que a música, o teatro, as artes plásticas sejam objecto de iniciação escolar. Enfim, urge completar este ensino, mais formativo do que informativo, com a habituação à dinâmica da arte: concertos, espectáculos de teatro e de bom cinema, visitas

a exposições e museus, etc. Já fizemos uma alusão ao Projecto do Sistema Escolar: espera-se dele um renovo completo dos métodos de formação intelectual e cultural do povo português, nomeadamente no que se refere à educação estética. Por outro lado, o próprio reequipamento estrutural do Ministério da Educação, habilitou-o a fomentar um mais vivo e dinâmico encontro com a cultura.

Assim, num ambiente que seria também de arte, o aluno chegará à Universidade. Muda o panorama, sem dúvida: mas quem, ao fim de tantos anos de escolaridade, não adquiriu as bases (e mais do que as bases) de uma formação estética — na Universidade, o mais que pode adquirir é conhecimento, erudição. Até porque a Universidade é ensino **superior**, e assim, o aluno universitário deveria já ter uma cultura artística correspondente. Portanto, exija-se, em suma, das instituições artísticas da Universidade uma qualidade, uma estabilidade que até aqui não tem acontecido, em grande parte por falta de preparação nos outros escalões de ensino.

Refira-se, por último, que o Secretariado para a Juventude aponta, logo na alínea a) do art.º 2.º do Decreto-Lei 446/71, de 25 de Outubro, entre os seus objectivos, « a expansão, entre a juventude, das actividades culturais e artísticas ». Estas actividades estão em curso, num plano de expansão nacional.

Projecção Internacional da Cultura Portuguesa

O corolário de uma política frutuosa de desenvolvimento e fomento cultural, está, cremo-lo bem, na projecção internacional, para-universal, dessa mesma cultura. Mas atenção: dois reparos cumpre, desde já, fazer a este enunciado simplista. **Primeiro** — a projecção internacional, a « exportação » de cultura; é causa e efeito da mesma realidade. **Segundo** — consequente do primeiro: a circunstância de a projecção internacional ser « corolário », não obriga a que seja cronologicamente posterior: antes pelo contrário, e ao menos no caso português, o atraso em que vivemos torna urgente o lançamento dos nossos valores além fronteiras.

Como conseguir tal lançamento? A política até aqui praticada, orienta-se num sentido de promoção individual através de bolsas de estudo oficiais (por exemplo, Instituto de Alta Cultura) e particulares (Fundação Calouste Gulbenkian). Eis, na verdade, um método de vantagens intuitivas, nas quais nem sequer insistirei.

Mas repare-se: tais bolsas visam geralmente o ensino, melhor, a aprendizagem, a um escalão superior de aperfeiçoamento ou especialização. Ora, parece-nos também necessária, a promoção de realizações culturais que no estrangeiro afirmem a nossa cultura e os seus cultores. São raríssimas as exposições, os espectáculos teatrais, de ópera, de bailado. Noutro plano, de que já falei, são raríssimas as traduções, e, mesmo no Brasil, o livro português pouco circula.

Tal situação exige a força planificadora do Estado. Pois está inclusive em jogo o prestígio nacional; está em jogo a economia, o turismo, até a própria política, naquilo que repercute no conceito que os outros fazem de nós.

A verdade é que, neste campo, o Estado precisa de reforçar toda a sua infra-estrutura. Assim por exemplo, não existe um único Instituto Português de Cultura, no estrangeiro; não são demais os leitorados de português nas Universidades estrangeiras; existe, creio, um único adido cultural; e, entretanto — quais foram as iniciativas tomadas? Quais os meios, e o apoio de que se dispõe? Quais as presenças em festivais e concursos? Quais os espectáculos, certames, « semanas de cultura portuguesa »... ?

Hoje em dia, e ainda bem que assim é, a cultura surge factor dos mais decisivos na projecção internacional de um País. Através da cultura, ensina-se a compreender, a compreender a amar a pátria que fundamentou, originou e protegeu essa cultura.

Algumas conclusões

Todas estas considerações tornar-se-iam talvez impertinentes, se não fossem sugeridas à luz de uma grande esperança, e de uma grande fé: esperança no desenvolvimento cultural do País; nas forças que podem tornar possível tal desenvolvimento — os homens de Estado como os artistas, os legisladores como os criadores, os que dirigem como os que executam. E ainda, fé naquilo que de bom já foi realizado, e que só gostaríamos de não ter referido exaustivamente.

Repare-se que as ideias expostas não envolvem necessariamente uma tomada de posição, e correlativo juízo de valor, acerca da tipologia jurídico-administrativa da intervenção. Tendem, claro, para a sistematização de órgãos especializados, com base na unidade departamental — mas, por agora, mais nada se pretende referir. Pois a orgânica, nesse aspecto, é meio instrumental: e o que urge, sobretudo, é a realização prática, a criação e expansão da cultura portuguesa — a bem do País, a bem da Sociedade, a bem de todos nós.